

GESTÃO DA INFORMAÇÃO EM PERÍMETRO DE ENTORNO DE BENS TOMBADOS

SURROUNDINGS OF THE ARCHITECTURAL HERITAGE INFORMATION MANEGEMANT

Kelly Juliane Dutra 

Universidade Federal de Minas Gerais

Renata Maria Abranches Baracho Porto 

Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO

Esta pesquisa parte do pressuposto que os prédios públicos sobrepujam a arquitetura de seu entorno e confronta esta hipótese com as definições de perímetro de entorno usadas nas políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural. Desta forma fez-se uma revisão de literatura com o objetivo de verificar o que se tem escrito e pesquisado acerca do assunto, feito este levantamento observa-se que o termo perímetro de entorno no sentido que se pretende usá-lo neste trabalho pode ser encontrado em maior recorrência de uso nos documentos e nas legislações de proteção ao patrimônio cultural. Portanto propõe -se uma metodologia de pesquisa documental nos dossiês de tombamento, nas legislações de proteção ao patrimônio. Tem-se por objetivo elaborar um protótipo de busca e recuperação das informações sobre as diretrizes do perímetro de entorno, fazendo uso de algumas ferramentas como *webprotégé*, gráficos UML para modelagem do sistema e do banco de dados.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Bens Tombados. Perímetro de Entorno. Gestão da informação. Ontologia.

ABSTRACT

Based on the assumption that public buildings override the architecture of their surroundings and confronting this hypothesis with the definitions of area perimeter used in public policies to protect cultural heritage, a literature review was done aiming to verify what has been written and researched about area perimeter. Once the research is over, one can notice that the term "area perimeter" in the sense it is intended to be used in this study can be found more recurrently in documents and in cultural heritage protection laws. This way, the document research methodology in the listed buildings dossier and in the cultural heritage protection laws has become the purpose of this research. The objectives of this study have a technological and an analytical character; the analytical character denotes the critical analysis of the area perimeter subject, whereas the technologic character is focused on the development of the terminological instrument and the outline of the prototype.

Keywords: Cultural Heritage. Architectural Heritage. Surrounding Area. Information management. Ontology.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um breve resumo da pesquisa de doutorado de nome: Gestão da Informação em Perímetro de entorno de bens tombados. O artigo está estruturado da seguinte forma: a introdução onde é abordada as ideias preliminares sobre patrimônio cultural mais especificamente a política pública de proteção implementada em Minas Gerais, a problemática da pesquisa, e um breve recorte da revisão sistemática de literatura. A metodologia apresenta alguns resultados ainda incipientes, mas que já desenham os caminhos do trabalho.

A política pública de proteção ao patrimônio cultural em Minas Gerais tornou-se descentralizada e municipalizada no final da década de 1990. Com isso os municípios tornam-se responsáveis pela proteção do seu patrimônio histórico e artístico. Para participar da política pública de proteção ao patrimônio cultural, os municípios mineiros precisam seguir uma serie de critérios que são definidos pelo Instituto Estadual do Patrimônio e Artístico - IEPHA, em conjunto com o Conselho Estadual do Patrimônio - CONEP. O que motiva os municípios participarem é o recebimento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, esse aporte financeiro é atrelado a pontuação do município com relação ao cumprimento dos critérios estipulados na lei Robin Hood, e nas deliberações normativas do IEPHA.

Entre os critérios, está o tombamento de bens imóveis ou arquitetônicos. Os tombamentos são parte de um processo que é instaurado através de uma primeira ata de aprovação do tombamento feita em reunião ordinária ou extraordinária do Conselho de Municipal de Patrimônio Cultural - COMPAC. Iniciado o processo de tombamento uma série de documentos são elaborados e, ao final deste, tem-se um documento chamado de dossiê de tombamento.

Os dossiês de tombamento possuem uma parte jurídica, composta pela legislação de tombamento do bem, autorização dos responsáveis para o tombamento e as atas lavradas no processo. Outra parte do dossiê, denominada parte técnica, é composta por toda a história do bem, o contexto em que ele está inserido, as características físicas do mesmo, perímetros de tombamento e de entorno e suas diretrizes de intervenção.

O perímetro de tombamento compreende as instalações físicas do bem, é mais rígido, e entre outras coisas tem como regras a não descaracterização do bem, seja através de mudanças estilísticas, volumétricas e até mesmo das cores que foram encontradas como originais. Já o perímetro de entorno, compreende a vizinhança do bem tombado, é mais flexível e permite mudanças nos estilos dos prédios próximos, entre outras mudanças, permite a derrubada e

reconstrução de imóveis com outras características desde que esse não impeça a visibilidade e desarmonize com o bem tombado.

Devido a sua flexibilidade, o perímetro de entorno causa algumas dúvidas aos conselhos de patrimônio cultural e as equipes técnicas das prefeituras, quando esses precisam deliberar sobre imóveis que estão próximos aos bens tombados.

Como já colocado, este artigo é parte de uma pesquisa de doutorado, que tem objetivos analítico e tecnológico, o caráter analítico passa pela análise crítica do objeto perímetro de entorno, e o caráter tecnológico está concentrado na elaboração do esboço do protótipo. Bem como, na modelagem do banco de dados e na criação de um instrumento terminológico para a busca e recuperação das informações sobre as diretrizes de intervenção no perímetro de entorno.

Após uma revisão de literatura cujo objetivo foi encontrar o que se tem pesquisado e desenvolvido sobre perímetro de entorno na ciência da informação. Percebeu-se que as fontes de pesquisas mais adequadas à tese seriam os documentos elaborados para prestação de contas das políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural em Minas Gerais. Portanto o que se apresenta nesse artigo é uma parte do trabalho relacionada a alguns achados metodológicos.

A metodologia apresentada é de pesquisa documental. segundo Gil (2008) a pesquisa documental, é caracterizada, como sendo um trabalho em que a fonte de dados são documentos primários ou aqueles que ainda não receberam nenhum tipo de tratamento analítico. As fontes dessa pesquisa são documentos de caráter técnicos e jurídicos, sendo eles os dossiês de tombamento de alguns bens imóveis de Minas Gerais, que estão dentro dos procedimentos propostos pelo IEPHA, e nas legislações vigentes.

Nestes dossiês pretende-se observar o que se tem descrito como perímetro de entorno e de tombamento, e suas respectivas diretrizes de intervenção. O perímetro de entorno é definido quando bem arquitetônico recebe o tombamento como forma de proteção. O perímetro entorno geograficamente é uma poligonal que abarca a vizinhança do bem tombado (IEPHA,2016), e os demais imóveis que estão dentro desta poligonal passam ter algumas diretrizes de intervenção que visam preservar principalmente a visibilidade do bem e a harmonização do ambiente onde esse bem está inserido.

Na revisão bibliográfica, fez-se uma busca sistematizada através de palavras chaves ou termos chaves como: perímetro de entorno, bens tombados, recuperação da informação, gestão da informação, com o objetivo de encontrar trabalhos que possam oferecer análise crítica ou metodologia que possa contribuir para esta pesquisa. Pretende-se buscar

contribuições em duas áreas do conhecimento, sendo elas: a ciência da informação para construção de um protótipo que possa auxiliar no acesso e na gestão das informações contidas nas diretrizes de intervenção, e as contribuições da arquitetura no que tange ao assunto patrimônio e paisagem cultural, documentos e leis de tombamento em Minas Gerais. A partir dessa análise crítica, pretende-se contribuir para a gestão e facilitação do acesso as informações contidas nos dossiês de tombamento. Principalmente com relação às diretrizes de intervenção dos perímetros de entorno e de tombamento através da elaboração dos requisitos de um sistema de informação.

A delimitação do tema de pesquisa se dá em três partes: a primeira a delimitação conceitual, essa delimitação é importante na medida em que ela promove o entendimento do tema perímetro de entorno dentro dos temas: Dossiê, Tombamento, Políticas Públicas de Proteção ao Patrimônio cultural e meio ambiente. Segunda parte delimitação espaço/temporal e terceira parte delimitação feita por revisão sistemática de literatura.

Dentro da questão do patrimônio cultural está a sua institucionalização, que de acordo com Choay (1999), começa através da igreja católica no séc. até chegar ao estado, como política pública. A política pública de proteção ao patrimônio cultural cria alguns instrumentos de auxílio e efetivação, entre eles o tombamento. Durante o processo de tombamento é elaborado o dossiê que é um documento composto por informações técnicas e jurídicas do bem que está sendo protegido, no sumário desse documento está o perímetro de entorno, objeto deste trabalho.

A segunda delimitação é espaço/tempo, nesta delimitação tem-se o objeto modelo para a construção do instrumento de representação da informação, o Conjunto Paisagístico da Pampulha, esse objeto físico foi definido por causa da incidência das legislações urbanas neste local desde a sua concepção.

A terceira delimitação define o universo de pesquisa que será construído com base na revisão de literatura, opta-se por construir o instrumento de representação do conhecimento baseado nas legislações urbanas, e de proteção ao patrimônio cultural, dessa forma os termos que irão compor o instrumento serão alcançados na legislação da política pública de proteção ao patrimônio cultural.

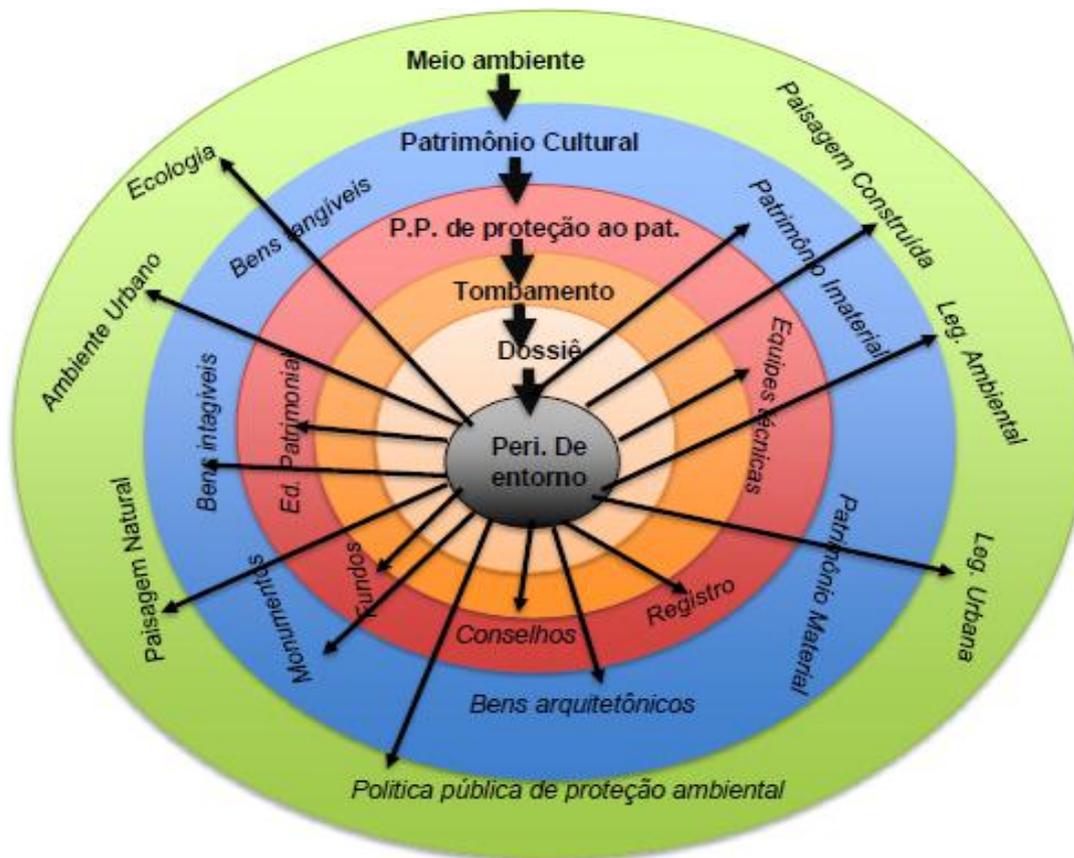


Figura 01: Delimitação conceitual do tema de pesquisa

Importante ressaltar que a figura 01 descreve brevemente a delimitação conceitual desta pesquisa, e tem o objetivo de localizar o termo perímetro de entorno dentro do universo do patrimônio cultural. Outra ressalva importante é que existem muitos outros termos inclusive equivalentes aos termos que estão dentro dos universos: meio ambiente, patrimônio cultural, políticas públicas de patrimônio cultural, tombamento, dossiê que não estão representados na figura acima apenas por motivos de espaço e de tempo de pesquisa. Porém o levantamento desses termos e a inserção dos mesmos podem ocorrer em outros momentos ou em outras pesquisas.

Delimitação espaço/temporal foi feita com base na escolha do Conjunto Paisagístico da Pampulha (figura 02), esta escolha se deu por esse bem patrimonial ter vários níveis de proteção: federal, estadual, municipal, e ser chancelado como Paisagem Cultural pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e, também, sofrer a influência da legislação urbana de Belo Horizonte. Vale fazer uma ressalva que a Pampulha teve também uma legislação específica para as construções que foram feitas na época da sua criação.



Figura 02: Níveis de proteção do Conjunto paisagístico da Pampulha e seu perímetro de entorno

Delimitação de universo de pesquisa, para a construção instrumento de recuperação da informação, pretende-se usar a legislação de proteção ao patrimônio cultural e alguns textos da política pública para a extração dos termos relevantes para pesquisa sobre as diretrizes de intervenção nos perímetros de entorno.

Dentre as contribuições esperadas tem-se maior aprendizado da autora, uma maior aproximação da ciência da informação, com o tema perímetro de entorno dentro das pesquisas de patrimônio cultural, e com a criação do protótipo proporcionar a sociedade como um todo o acesso às diretrizes de intervenção nos perímetros de entorno descritas nos dossiês de tombamentos. Para ciência levantar novos questionamentos sobre a política pública de proteção ao patrimônio cultural.

2. PROBLEMATIZAÇÃO

Os Conselhos de Patrimônio Cultural - COMPACs, de acordo com as recomendações do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA (2018) são compostos pela sociedade civil organizada. Dessa forma os integrantes desses conselhos não necessariamente são pessoas que compreendem as imbricações da Política Pública de Proteção ao Patrimônio Cultural em Minas Gerais. Mas os conselheiros são responsáveis por uma série de decisões relacionadas ao patrimônio cultural dos seus municípios. O desconhecimento dessas normas faz com que além de dúvidas os conselheiros tomem decisões erradas.

A política pública de proteção ao patrimônio cultural de Minas Gerais é municipalizada, ou seja, cabe aos municípios implantar e manter essa política pública funcionando. Os municípios que pleiteiam os benefícios dessa política devem criar seus arcabouços legais,

conselhos e Fundos Municipais de Patrimônio Cultural – FUMPACs funcionando. Os fundos são uma conta que a prefeitura deve manter para movimentar verbas relacionadas à proteção do patrimônio cultural do município, além disso, o IEPHA (2018) em suas deliberações normativas exige que os municípios tenham uma equipe técnica que possa auxiliar os conselhos. Porém empiricamente observa-se que tanto os conselhos quanto as equipes técnicas têm inúmeras dificuldades nas tomadas de decisão, e no acesso as informações.

O processo de tombamento é exaustivo, técnico e exige a contratação de profissionais que não fazem parte da equipe técnica da prefeitura, ou do setor de patrimônio cultural. Porém uma vez tombado o imóvel passa a ser protegido pelo município. No processo fica definido dois perímetros de proteção, o perímetro de tombamento que é o bem que está sendo tombado e o perímetro de entorno que é composto pelas construções que estão próximas este bem. Ambos os perímetros têm definidas suas diretrizes de intervenção, o perímetro de tombamento é mais rígido com relação a modificações, enquanto que o perímetro de entorno é mais flexível, mas possui algumas regras relacionadas a volumetria, a caracterização e a altura dos imóveis, próximos ao bem tombado. IEPHA (2018).

Portanto os imóveis que estão no perímetro de entorno estão sujeitos a aprovação do COMPAC, quando for necessária alguma reforma ou até mesmo reconstrução. Como o perímetro de entorno possui regras mais flexíveis, estas decisões geram dúvidas quanto ao que pode e ao que não pode ser feito.

Esta pesquisa propõe em um primeiro momento uma análise crítica acerca das leis urbanas seus usos, apresentando quatro estudos de casos que abordam o perímetro de entorno e suas variações de uma cidade para outra.

Os dois primeiros estudos casos são nos municípios de Piranga e de Conselheiro Lafaiete. Vale ressaltar aqui que as duas construções que ilustram esta pesquisa não são tombadas, mas estão no perímetro de entorno de outros imóveis que são tombados e poderiam receber também o tombamento como forma de proteção. Faz-se duas observações: a primeira delas é que tanto a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Piranga quanto o prédio do antigo Fórum de Conselheiro Lafaiete são construções modernas, com a ressalva de que a construção do fórum, ao contrário da Igreja Matriz de Piranga, promoveu no seu entorno a construção de outros prédios de beleza arquitetônica com elementos que remetem ao modernismo da década de 50s; ambos se submetem hoje as leis ambientais urbanas, sendo fórum perímetro de entorno da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Conselheiro Lafaiete, seu entorno encontra-se em processo de descaracterização.

E a Igreja Matriz de Piranga é perímetro de entorno dos casarões da Prefeitura e da Câmara Municipal, que são tombadas pelo município. Espera-se obter como resultado uma análise crítica sobre as imbricações do perímetro de entorno, para então dar início a uma coleta de dados mais apurada. Com base nos dados e na análise crítica deles espera-se construir através de requisitos um protótipo de recuperação da informação (virtual) das diretrizes de intervenção nesse perímetro.

Já os estudos de caso de Conjunto Moderno da Pampulha e do Núcleo Histórico e Urbano de Santana dos Montes apresentam duas situações divergentes. O Conjunto Moderno da Pampulha recebe desde a sua concepção legislação urbana de regulamentação das construções do seu entorno, já o Núcleo Histórico de Santana dos Montes possui apenas a legislação de proteção ao patrimônio cultural como reguladora de seu entorno.

3. PERÍMETRO DE ENTORNO E LEGISLAÇÃO URBANA

Esta análise de resultados é preliminar e baseada em quatro estudos de caso apresentados na tese sobre o perímetro de entorno dos bens tombados. Os quatro estudos casos mostram situações diversas em que a intervenção no meio urbano, seja ela através do tombamento de bens arquitetônicos, ou de mudança em prédios públicos e de referência, influenciam nas construções que estão ao seu entorno. Com relação a legislação urbana que auxilia na preservação de bens tombados tem-se a tabela 6 como um resumo dos achados.

Os estudos de caso de Piranga e de Conselheiro Lafaiete, infelizmente abordam a perda de patrimônio cultural, iniciada através da reconstrução de prédios que eram referência para aquelas comunidades. Vale ressaltar aqui que tanto em um caso quanto no outro os dois prédios, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Piranga e a Casa Paroquial da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Conselheiro Lafaiete, eram exemplares da arquitetura do Sec. XVII.

O prédio do Fórum Dr^o Assis Andrade, atualmente é um exemplar da arquitetura moderna da década de 1950. Porém, já vem sofrendo ao longo dos anos com a descaracterização. É importante ressaltar que através das fotografias é possível observar como o entorno vai se “modernizando,” após a construção do fórum em 1957.

Tanto em Piranga quanto em Conselheiro Lafaiete, os prédios da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, quanto do Fórum Dr^o Assis Andrade, estão no perímetro de entorno de outros bens patrimoniais que foram tombados, o que pode auxiliar na preservação do entorno dos mesmos.

O estudo de caso da Pampulha vai de encontro com os outros dois. Neste case é possível

observar que o Conjunto Moderno da Pampulha, foi planejado, do ponto de vista urbano e ao longo dos anos teve legislação que foi moldando seu desenvolvimento e ditando regras e normas construtivas de seu entorno, a proteção ao patrimônio cultural também chega muito cedo, apenas sete anos após sua construção. O Conjunto Moderno da Pampulha neste trabalho é o maior exemplo da importância do perímetro de entorno e da convergência dele com a legislação urbana, para resguardar a harmonia do bem e o embelezamento paisagístico, levando em consideração o ambiente em que o bem está inserido.

O quarto estudo de caso Santana dos Montes confronta o case da Pampulha, na medida em que Santana dos Montes não possui disponível outro tipo de legislação que regulamenta o uso do espaço urbano, e desde 2003 ano do tombamento do Núcleo Histórico e Urbano o único instrumento que rege o distrito-sede é o perímetro de entorno, mesmo com toda a sua fragilidade ainda auxilia na proteção do patrimônio cultural edificado.

Tabela 1: Regulamentação do ambiente urbano

Locais	Código de Obras	Lei de Uso e Ocupação do Solo	Plano Diretor	Outras Legislações	Perímetro de Entorno	Nº Hab. Valor Aproximado
Pampulha/ Belo Horizonte	X	X	X	X	X	2,722 milhões
Conselheiro Lafaiete	X	X	X		X	150 mil
Piranga	X	X			X	18 mil
Santana dos Montes					X	4 mil

A tabela 01 mostra os resultados da legislação que influencia no entorno dos bens tombados. Uma observação importante é que quanto menor o município mais frágil é a legislação e a proteção do entorno dos bens, isso se deve principalmente à escassez de acesso a informação e principalmente a escassez de profissionais qualificados nas equipes técnicas dos setores de patrimônio cultural.

Segundo Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, (2016) no Brasil a maior concentração de cursos de arquitetura e de arquitetos estão nos grandes centros urbanos, e nas regiões sul e sudeste do país. Vale ressaltar aqui que com exceção de Belo Horizonte (case Conjunto Moderno da Pampulha), Conselheiro Lafaiete é dos outros três municípios o único que

possui um curso de arquitetura urbanismo, na Faculdade Santa Rita FASAR, sendo um curso novo com menos de dez anos.

Contudo isso reforça-se a necessidade da criação de um instrumento que possa facilitar a busca e o acesso a informação sobre o perímetro de entorno, e também de trazer este diálogo com maior profundidade e sob outros olhares para dentro da academia, como foi também percebido na revisão de literatura.

4. ESBOÇO DO PROTOTIPO

Feito os estudos de casos precisa-se fazer algumas considerações sobre o objeto desta pesquisa: o perímetro de entorno de bens tombados produz uma série de documentos, leis, normativas e regras, que compõe suas diretrizes de intervenção, que descrevem o que pode ou não ser feito nas construções e nas vias que estão próximas ao bem. Mesmo com toda essa legislação, os moradores, as equipes técnicas e os conselhos de patrimônio, algumas vezes têm dúvidas do que pode ou não ser construído no entorno dos bens tombados, por falta de acesso a estas informações.

Pensa-se na construção de um protótipo que possa auxiliar os cidadãos, os conselheiros e as equipes técnicas, a recuperarem as informações sobre as diretrizes de intervenção proposta para o perímetro de entorno, que estão tanto nas legislações quanto nos dossiês de tombamentos. Com relação ao protótipo espera-se que ele possa ser de acesso virtual, e possa ser aberto a inserção de informações. Então com duas interfaces, uma para os “alimentadores,” ou seja, pessoas que vão alimentar o sistema com imagens e informação, e outra para os usuários finais, que através dos endereços próprios, ou do bem tombado, poderão acessar as imagens e informações sobre as normas e as diretrizes de intervenção nos imóveis de entorno dos bem tombados.

Os próximos caminhos a seguir é a modelagem de dados, que se pretende usar os gráficos Unified Modeling Language – UML, para demonstrar o comportamento esperado do sistema (fazendo uso do Lucid Chart). A modelagem de dados através de gráficos Entidade-Relacionamento, fazendo o uso do Brmodelo, e a construção do instrumento de busca utilizando o Webprotégé.

A escolha pelos gráficos UML se dá por dois motivos: o primeiro deles que esses gráficos já são usados na engenharia de software, e no futuro pode ser mais fácil para outros profissionais da área de análise e desenvolvimento de software, fazer a leitura do que se propõe essa pesquisa. O segundo motivo é exatamente ilustrar o que se pretende com o protótipo. Segundo Sommerville (2018):Sommerville (2018):

A modelagem de sistemas é um processo de desenvolvimento de modelos em que cada modelo apresenta uma visão ou perspectiva diferente desse sistema. Hoje a modelagem de sistemas significa basicamente, representar um sistema usando algum tipo de notação gráfica baseada nos gráficos tipos UML (SOMMERVILLE, 2018, p. 121)

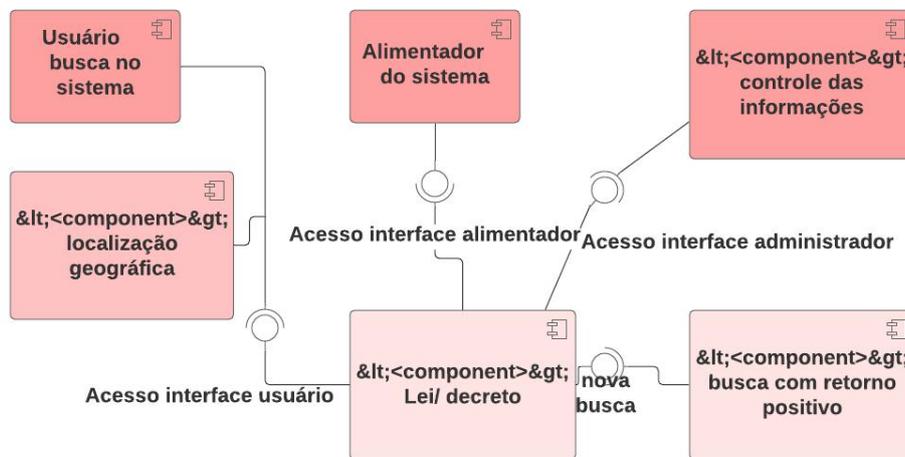


Figura 3: Desenho do sistema

A figura 4 é um diagrama entidade/ relacionamento que mostra as relações entre os componentes do sistema, outra representação que o diagrama traz são as relações de cardinalidade e os atributos de cada componente. Espera-se que com maior pesquisa possa-se melhorar e acrescentar mais dados a essa figura.

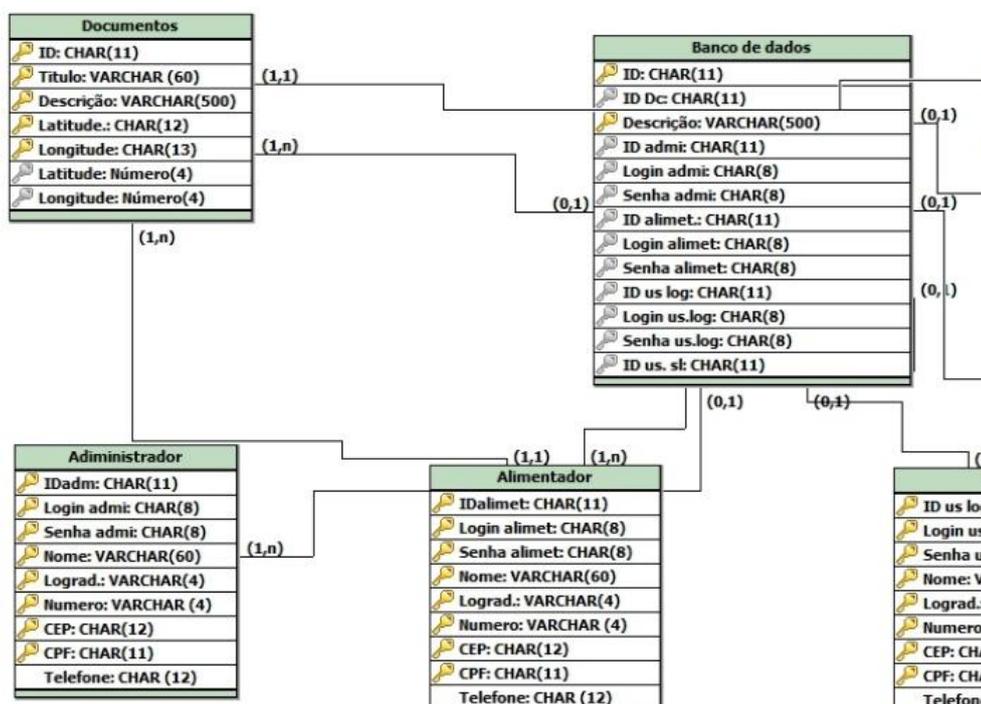


Figura 4: Diagrama entidade/relacionamento

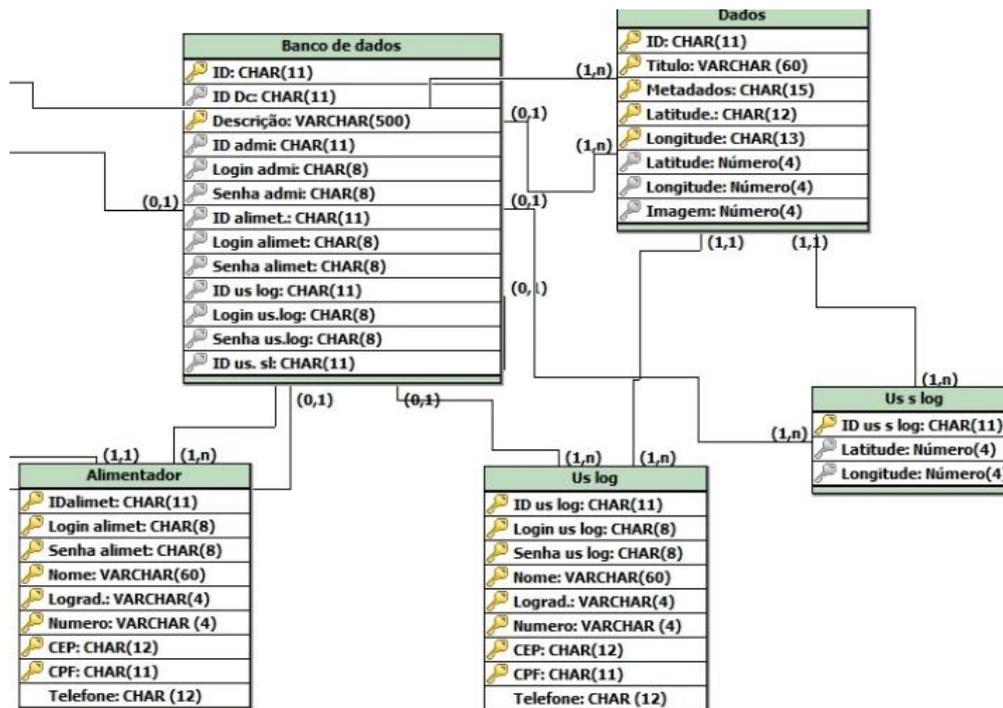


Figura 5: Diagrama entidade/relacionamento

Vale ressaltar aqui que a figura 3 é apenas um esboço do que se pretende fazer para demonstrar a modelagem do sistema. Já modelagem do banco de dados pensa-se na inserção e gestão das informações, através de um usuário. E outro ponto também importante dessa modelagem é na forma como os usuários finais, (moradores, conselheiros e equipes técnicas) conseguirão recuperar as informações sobre o perímetro de entorno. Para essa modelagem específica pensa-se em usar o Webprotégé como ferramenta de criação, organização e busca de informação. Vale fazer aqui algumas ressalvas: é necessário fazer uma delimitação dos termos, conceitos e classes e individuais que entrarão nesse modelo, por questões de tempo e recursos humanos.

O termo perímetro de entorno possui um número infinito de relações com outros termos ligados a política pública de proteção ambiental, de proteção ao patrimônio cultural, e outras legislações urbanas. Neste trabalho será utilizado o estudo de caso do Conjunto Moderno da Pampulha como delimitação espaço temporal e usaremos somente as legislações e proteções que este bem possui para a criação das relações e dos individuais no Webprotégé. O gráfico da figura 5 é apenas uma amostra das relações que são possíveis de encontrar e justifica uma delimitação mais severa.

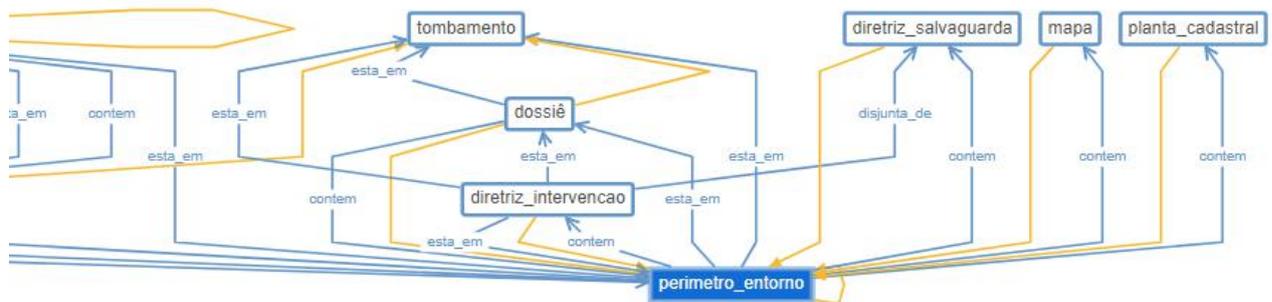


Figura 6: Entidade de Gráfico do webprotgé

Faz-se algumas considerações com relação ao protótipo: a primeira consideração é este dever ser de fácil acesso pelo público-alvo, moradores de residências que estão em perímetro de entorno de bens tombados, equipes técnicas dos setores de patrimônio de órgãos governamentais, conselhos de patrimônio cultural. A segunda é a procura por interface do instrumento com outros relacionados ao patrimônio cultural, e descrever e diagramar possibilidades de interface do instrumento com sistemas virtuais e com a interação com os usuários. de interface do instrumento com sistemas virtuais e com a interação com os usuários.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perímetro de entorno, é um elemento urbano, que se faz presente principalmente nos municípios que possuem bens imóveis tombados, ou seja, prédios, construções, monumentos entre outros. Os bens patrimoniais quando recebem o tombamento como fator de proteção, tem seu entorno delimitado com normas e diretrizes de intervenção com vistas a criar uma ambientação para esse bem, pautadas na harmonização e na garantia de visibilidade do mesmo.

Porém os conselheiros, moradores do entorno de bens tombados e equipes técnicas tem dúvidas sobre as diretrizes de intervenção nesses bens. Posto isso, esta pesquisa propõe um diálogo sobre a importância do perímetro entorno para preservação dessa ambiência onde estão os bens tombados. E a criação de um protótipo de recuperação da informação para facilitar o acesso dos atores urbanos as diretrizes de intervenção nos imóveis que estão nas áreas de entorno dos bens tombados.

Vale fazer algumas ressalvas que este trabalho de pesquisa permite, a primeira delas é que o objeto de pesquisa perímetro de entorno pode e deve ser pesquisado sob a luz de outras áreas do conhecimento tais como arquitetura e urbanismo, história e geografia, entre outras. A segunda ressalva é mais importante para a ciência da informação é que este trabalho é apenas uma das facetas do perímetro de entorno e que mesmo dentro da ciência da informação é um tema que pode ser amplamente pesquisado, haja vista a sua importância para o meio urbano e para o habitar humano. O desenho do protótipo também é outra questão que pode abrir caminhos de pesquisas em áreas como engenharia de software, ciência da computação, arquitetura de dados entre outras.

REFERÊNCIAS

CAU. **Anuário de Arquitetura e Urbanismo**. Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/anuario-final-0301-web150.pdf>. Acesso em jun.2021.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 2 ed. Lisboa: Arte e Comunicação, 1999.

FASAR. **Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em: < <https://www.fasar.com.br/cursos/arquitetura-e-urbanismo/>>. Acesso em: jun.2021.

CONJUNTO DA PAMPULHA GANHA TÍTULO DE PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO. 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/07/conjunto-da-pampulha-ganha-titulo-de-patrimonio-mundial-da-unesco.html>>. Acesso em fev.2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
Deliberação Conep - 06/2018. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/Deliberacao_Conep_06_2018.pdf>. Acesso em 02 de mai. 2019.

_____. **Guia de Bens Tombados. Belo Horizonte**. Vol.1, 2014.

LAKATOS, MARCONI. Eva Maria, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LUCIDCHART. Disponível em: < <https://www.lucidchart.com/pages/pt/>>. Acesso em: maio 2021.

SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de Software. 6ª Edição. Pearson, São Paulo, 2018.

WEBPROTÉGÉ. Disponível em:< <https://webprotege.stanford.edu/>>. Acesso em: 10 jul. 2020.